



Renato Janine Ribeiro¹

A discordância afetuosa

Olgária Matos dedica sua vida a pensar a vida. Desde seus primeiros trabalhos, o que falou e escreveu constitui uma longa reflexão, por vezes um forte diálogo com inúmeros interlocutores, entre os quais me orgulho de ter sido incluído não poucas vezes, sobre as formas de vida, suas mudanças, seus riscos. Sim, pois seu maior interesse não está tanto no que surge de bom – porque, na célebre definição de Umberto Eco, ela não é de forma alguma uma integrada, talvez sim em certa medida uma apocalíptica – mas nos riscos do que tem mudado ao longo dos tempos. Sua obra escrita, assim como sua fala, seja em palestras, mesas redondas ou mesmo em roda de amigos, assim se marcam como um grande sinal de alerta para os *perigos* de nosso tempo.

Na escola de Frankfurt, que ela estuda desde os tempos de França (lembro quando Olgária chegou um fim de tarde à *Maison du Brésil*, onde éramos vizinhos, contando que seu orientador Claude Lefort lhe tinha recomendado estudar Horkheimer, que eu ainda não sabia quem era) e com a qual dialoga boa parte de seu tempo, Olgária veio a valorizar uma época em especial, o século XVIII, como inspiração. Como tenho o hábito de dizer, esse século é o único que tem, não só estudiosos, mas admiradores. Sociedades de estudos acadêmicos sobre o século XVI, XVII, XIX ou XX dificilmente constituiriam agrupamentos de entusiastas com o período da Renascença – mas também das guerras de religião, do começo cartesiano da modernidade – mas também da Guerra de Trinta Anos, da era das revoluções mas

¹ Professor titular no Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: rjanine@usp.br .

também das grandes repressões, do tempo das democratizações mas também dos totalitarismos: apenas o século XVIII tem, nos estudiosos, partidários, quase *partisans*, que valorizam aquele período em razão, sobretudo, das Luzes.

E no entanto Olgaria admira sim o Iluminismo, mas não deixa de lado o grande dissidente dessa linhagem francesa, britânica, germânica da razão como emancipação, sem esquecer as linhas auxiliares portuguesa, russa e toscana, que deram os mais esclarecidos dentre os déspotas: esse grande dissidente que foi Rousseau, a quem ela dedicou seu primeiro grande trabalho, o mestrado sobre o que ela chamou com rara felicidade “uma arqueologia da desigualdade”, editado com carinho por nosso querido amigo Flavio Gikovate, seu primeiro livro.

Por que Rousseau? Porque para Olgaria, e esse é um ponto que muito nos aproxima, o afeto é fundamental. Não apenas porque ela seja uma das pessoas mais afetuosas que conheço, cativante mesmo sem o querer, com uma *nonchalance*, uma naturalidade invejáveis: mas porque esse pensador, a quem chamo um dos filósofos malditos da modernidade (fazendo companhia, creio que muito a contragosto seu, a Maquiavel e Hobbes, que certamente Rousseau não apreciava), jamais deixa de lado o papel dos sentimentos na vida. Talvez seja esta, aliás, uma das razões pelas quais Jean-Jacques fica um tanto descartado no que chamamos história da filosofia.

Rousseau é possivelmente o mais exilado dos pensadores. Nascido em Genebra, chegou a ter sua obra proibida em sua cidade natal, onde dificilmente poderia retornar. Vejam o contraste: Voltaire vivia a um passo de Genebra, onde poderia se refugiar em caso de necessidade; já Rousseau, seu cidadão (ver o *Contrato Social*, cuja autoria ele assina, com orgulho, como “citoyen de Génève”), não podia regressar a seu torrão nativo. A razão é mais aceitável que a paixão? O ceticismo, o *cynicism* de Voltaire, é mais tolerável que o entusiasmo e sua irmã talvez gêmea, a decepção?

Será por acaso que os três filósofos que chamei de malditos tenham sido *exilados*? Maquiavel escreve o *Príncipe* no desterro, quando os novos senhores de Florença o confinam no campo, onde ele exerce suas atividades – a lavoura, o lazer alegre com um jogo que lembra o truco pelo menos na gritaria e, de noite, o diálogo com os clássicos da Antiguidade – com certa liberdade, mas sem poder deixar o lugar. Hobbes foge da Inglaterra quando vê despontar no horizonte a guerra civil – e, dez anos mais tarde, quando percebe que os demais realistas refugiados na França detestam seu *Leviatã* porque substitui o direito divino dos reis pela fundação humana,

excessivamente humana, do poder mesmo absoluto no contrato, ele exila-se dos exilados, voltando à ilha de origem.

E aqui está uma grande diferença entre Rousseau e Sócrates: porque o pensador ateniense, o primeiro grande dos filósofos, aquele que é tão marcante que os anteriores a ele são marcados por seu nome, já que os chamamos de *pré-socráticos*, por enormes que tenham sido Pitágoras, Heráclito, Parmênides, pois bem, o pensador ateniense recusa o exílio. Quando lhe propõem: *fuja e salve a vida*, ele diz que não: fora de sua *pólis*, não valeria a pena viver. Antecipa um breve monólogo do duque de Mowbray, personagem de Shakespeare, que no início do *Ricardo III* lamenta o banimento a que o condena o rei-título da peça:

A língua que durante quarenta anos eu aprendi, meu inglês nativo, devo-a doravante esquecer. (...) Sou muito velho para adular ama, muito avançado em anos para aluno voltar a ser. O que é, pois, a sentença cominada, senão a morte muda, que me tira da língua toda a ajuda?²

Mas Sócrates recusa a fuga salvadora porque é membro ativo da cidade. Ele é cidadão numa democracia. (Já Mowbray era súdito e par do reino, poderoso, mas subordinado a um rei que tenta ser absoluto). Fora da cidade, da *pólis*, ele nada seria. Já Rousseau será sempre o personagem em ruptura com seu mundo. Não há Rousseau sem dissidência, sem mal-estar. Benjamin Constant dirá, em 1819, que Jean-Jacques queria restaurar a política grega em plena modernidade, que sua liberdade era a antiga, não a moderna: mas a própria itinerância quase ininterrupta de Rousseau o desmente, em boa parte. Ele não seria ele, se não perambulasse. Caso nosso pensador – meu, de Olgária, de todos os que desconfiam, um pouco que seja, das promessas da modernidade – restaurasse mesmo a *pólis* em nosso tempo, ah, ele seria um de seus primeiros desterrados – um profeta banido. No sonho, cidadão, na realidade, andarilho.

Caminhante solitário: sozinho, fora da cidade, Rousseau passeia. A cidade é o endereço da liberdade se esta pertencer ao coletivo, seja ele antigo, seja moderno; mas os *passeios* se dão no campo, nas estradas. Ele até caminha lendo, como quando se dirige a Vincennes para visitar o então amigo Diderot, preso, e tem o *coup de foudre* de descobrir o concurso da Academia de Dijon, que propõe a pergunta se as ciências e as artes melhoram ou pioram a humanidade – Rousseau desperta para a criação filosófica aí, com seu *Primeiro Discurso*, sustentando que o progresso piora,

² William Shakespeare, *Ricardo II*, ato I, cena 3, pp. 28-9 da tradução de Carlos Alberto Nunes, disponível em <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/ricardo2.pdf>, acessada em 21/9/2018.

não melhora. Ele vai encontrar o criador da *Encyclopédie* e, a caminho, tem as ideias que separarão seus caminhos. É seu estalo de Vieira, seu despertar do que Kant chamaria, falando de si próprio, o sono dogmático, é o momento em que Rousseau se torna Rousseau: lendo enquanto anda, *saindo da cidade*. Ele é o avesso não só do cidadão de Genebra, mas do cidadão de Paris.

Aqui se percebe um conflito interno de nosso autor: ele *quer* a cidade, mas não a suporta. O pensador de Genebra não vive em sua cidade, e por mais que a defenda, por exemplo na *Carta sobre os espetáculos*, jamais viveria lá. Pode mitificar sua pequena pátria, mas seu mundo é outro.

Nós também, Olgária, eu e nossa amiga Scarlett Marton – não por acaso, Scarlett e eu, padrinhos da querida Lorena Chain Feres Matos, e portanto compadres de Olgaria – vimos nossa amizade crescer, cada vez mais, longe do Brasil, mas na Casa do Brasil, em Paris. Nenhum de nós era exilado, na *Mésón*, como escrevia, com afetuosa ironia, Olgária: mas nós, e a procissão de novos amigos que passavam por lá, entre eles Liszt Vieira, Denise Milan, tantos outros, vivíamos a liberdade que decorria de estarmos fora do território então oprimido pela ditadura que chamávamos de militar (e hoje vários dizem civil-militar). Não éramos, nunca fomos, nem nós nem Joãozinho, como Olgaria chamava nosso amigo João Carlos Becker, amigo incrível, economista prematuramente ceifado por um câncer maldoso, exilados; mas a distância da pátria então cativa nos dava uma liberdade como a que tiveram, não por escolha mas por imposição, os três filósofos que mencionei. E que, todos, saíam da parceria do conhecimento com o ser, para se arriscarem nos terrenos perigosos, sem garantia, da política e mais tarde da ética.

A história da filosofia – que a maior parte dos colegas de área, com nossa discordância, minha e de Olgaria, considera a espinha dorsal dos cursos de filosofia – prefere celebrar quem trabalha o par composto de ontologia (ou metafísica) e teoria do conhecimento, isto é, o par que trata do *conhecimento do ser*. Já o que diz respeito ao que é humano, excessiva ou pouco humano, os historiadores da filosofia minimizam. Nos cursos de filosofia, estudam-se os grandes pensadores do conhecimento e do ser, exilando-se para as estradas menos trilhadas – a ética, a filosofia política, a estética – os que trataram da ação, individual ou coletiva, dos

sentimentos a prevalecer sobre a razão, daquilo que a sensibilidade produz ou que a afeta. Mas é a esse segundo escalão que Olgária consagra a maior parte de sua reflexão. Não é fortuito que os amigos da Psicologia gostem tanto de ouvi-la: sua voz dissonante em relação aos tempos presentes é sempre um convite ao pensamento, em especial sobre o ainda, talvez sempre, iniciante conhecimento do ser humano.

Tempos democráticos fazem o exílio se tornar leve. Não é preciso sair fisicamente da pátria; pode-se continuar ouvindo, em seu entorno, a língua nativa, no acento a que estamos acostumados. O exílio pode ser interno. Ele deixa de ser castigo ou cautela, torna-se uma escolha pessoal de não figurar no coro dos contentes. Mas nem por isso a independência de pensamento sai barato. Ela significa discordar das correntes principais, do assim chamado pensamento único. E o problema paradoxal do mundo acadêmico é que temos *vários* pensamentos únicos. Nada mais comum do que auferir até vantagens ao discordar de um dos pensamentos únicos, apenas para assumir a posição confortável – com outras vantagens, talvez não as de dinheiro ou de poder, mas mesmo assim agradáveis – de herege oficial, de leal oposição de Sua Majestade. É sinal da independência de espírito de Olgária que ela tenha recusado isso, que na França dos anos 70 se chamava *récupération*, termo então especialmente querido da amiga Scarlett. Queria dizer: aquilo que tinha nascido como contestação era recuperado pelo sistema dominante, de modo que se mantinha sua graça, seu prazer, mas se perdia seu gume. Assim, por exemplo, a cultura, revolucionária talvez por natureza, é reduzida a entretenimento, o que lhe dá escala numérica, quantidade, sucesso, mas a faz perder o veneno, o poder corrosivo, a destruição subversiva, a velhice da toupeira.

Lembro uma resenha de filme que Inácio Araújo escreveu, e na qual ele menciona Olgária, isso em 2015, duas semanas antes de eu deixar o Ministério da Educação – uma resenha, por sinal, que mencionei à presidente Dilma Rousseff, em nosso último encontro oficial, no dia 30 daquele mês; assim começa Inácio:

Pensava no que [me] disse a amiga Olgária. Ela viu o trailer do filme e disse: “Eu não vou ver esse filme. Já sei tudo que acontece”. E começou a dizer o que acontecia. E acontecia no filme exatamente como ela dizia. E ela já estava entediada com esse tipo de clichê do rico ruim e do pobre legal – espero estar interpretando certo o que ela disse.³

³ Folha de S. Paulo, 13 de setembro de 2015.

Os clichês: Olgária não gosta deles. Critica-os. Mas, até por isso, ela os conhece. Não distancia, nunca distanciou a boa filosofia de sua aplicação às formas de vida. Jamais se esgotou na *explication de texte*, embora a domine. Mas entender um texto bem não basta. Para pensarmos, é preciso considerar nosso belo legado – os dois milênios e meio de filosofia – como um trunfo, uma arma, mais modestamente uma ferramenta que usamos para entender a vida que se espalha, inesperada, em torno de nós. Uma história, a da filosofia, que ajuda a enfrentar os clichês, a desconfiar deles, ética e esteticamente; isso, porque existe em muitas tomadas de posição, talvez as melhores, uma inspiração no justo, que é a ética, e uma aversão ao tosco, ao pretensioso, ao altissonante, que é marca de uma estética, eu diria, stendhaliana: como quando o futuro escritor, decepcionadíssimo – como Beethoven – com a conversão do herói Bonaparte em déspota, diz, após a coroação de Napoleão: “Lavei a boca usando um pouco da prosa de Alfieri”⁴, Vittorio Alfieri, o inimigo dos tiranos, “il conte repubblicano”, que tinha morrido no ano anterior, e cuja prosa excluía impiedosamente os excessos, as máscaras, as mentiras, – uma prosa republicana, que não tolera as mil mentiras que, de um lado ou de outro, constituem perigos para a vida pública e, por que não dizer, para a boa vida pessoal.

Isso é dedicar a vida a pensar, a querer melhorar, a vida.

Recebido em 06.10.2018.

Aceito para publicação em 16.10.2018.

© 2018 Renato Janine Ribeiro. Esse documento é distribuído nos termos da licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (http://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR).

⁴ Do *Diário* de Stendhal: “Domingo, 11 de frimário (1804), dia da coroação [do imperador]. Refleti muito, o dia todo, sobre essa aliança tão evidente entre todos os charlatães. A religião que vem consagrar a tirania, e tudo isso em nome da felicidade dos homens. *Je me rinçai la bouche en usant un peu de la prose d'Alfieri.*”